

9.º

Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos a partir da data da sua publicação.

Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Paulo José Fernandes Pedroso*, Secretário de Estado do Trabalho e Formação, em 15 de Novembro de 2000.

ANEXO I

CNP	Profissão	Preponderância
831	Maquinistas de locomotivas e trabalhadores similares	H
834	Mestres, marinheiros e trabalhadores similares	H
712	Trabalhadores da construção civil e obras públicas	H
713	Trabalhadores da construção civil e similares — acabamentos	H
832	Condutores de veículos a motor	H
723	Mecânicos e ajustadores de máquinas	H
833	Operadores de maquinaria agrícola móvel e de outras máquinas	H
811	Operadores e condutores de máquinas e instalações mineiras de extracção e tratamento de minerais	H
332	Educadores de infância	M
615	Trabalhadores de aquacultura e pescas	H
721	Moldadores, soldadores, bate-chapas, caldeiros	H
931	Trabalhadores não qualificados das minas e da construção civil e obras públicas	H
714	Pintores, limpadores de fachadas e trabalhadores similares	H
812	Operadores de instalações de transformação de metais	H
711	Mineiros, canteiros, carregadores de fogo e trabalhadores de pedra	H
331	Docentes do ensino básico, primário e pré-primário	M
816	Operadores de instalações de produção de energia e trabalhadores similares	H
516	Pessoal dos serviços de protecção e segurança	H
722	Forjadores, serralheiros mecânicos e trabalhadores similares	H
314	Oficiais da marinha, pilotos de aviões e técnicos de transportes marítimos e aéreos	H
7436	Costureiras, bordadores e trabalhadores similares	M
815	Operadores de instalações de tratamentos químicos	H
814	Operadores de instalações para trabalhar madeira e cortiça e de fabricação de papel	H
614	Trabalhadores florestais e similares	H
742	Trabalhadores das madeiras e similares	H
913	Pessoal de limpeza, lavadeiras, engomadores de roupa e trabalhadores similares	M
914	Porteiros de prédios urbanos, lavadores de vidros e veículos e trabalhadores similares	H
821	Operadores de máquinas para trabalhar metais e produtos minerais	H
514	Outro pessoal dos serviços directos e particulares	M
214	Arquitectos, engenheiros e especialistas similares	H
933	Trabalhadores não qualificados dos transportes	H
813	Operadores de instalações de fabricação de vidro, cerâmica e trabalhadores similares	H
513	Vigilantes, assistentes médicos e trabalhadores similares	M
411	Secretários e operadores de equipamentos de tratamento de informação	M
3415	Representantes comerciais e técnicos de vendas	H
724	Mecânicos e ajustadores de equipamentos eléctricos e electrónicos	H

CNP	Profissão	Preponderância
223	Enfermeiros	M
321	Técnicos das ciências da vida e da saúde	M
915	Estafetas, bagageiros, porteiros, guardas e trabalhadores similares	H
823	Operadores de máquinas para fabricar produtos de borracha e matéria plástica	H
122	Directores de produção, exploração e similares	H
511	Assistentes, cobradores, guias e trabalhadores similares	H

ANEXO II

Medidas de política de emprego	Enquadramento normativo
Incentivos à contratação	Decreto-Lei n.º 34/96, de 18 de Abril.
Iniciativas locais de emprego	Decreto-Lei n.º 189/96, de 8 de Outubro.
Criação do próprio emprego por subsidiados.	Portaria n.º 476/94, de 1 de Julho.
PRODESCOOP	Portarias n.ºs 52-A/99 e 432/99, respectivamente de 22 de Janeiro e 15 de Junho.
Programa Formação/Emprego	Portaria n.º 763/99, de 27 de Agosto.
Escolas-oficinas	Portaria n.º 414/96, de 24 de Agosto.
Empresas de inserção	Portaria n.º 348-A/98, de 18 de Junho.
Inserção/emprego	Portaria n.º 1107/99, de 27 de Dezembro.
Reabilitação profissional — incentivos à contratação.	Decreto-Lei n.º 247/89, de 5 de Agosto, e Despacho Normativo n.º 99/90, de 6 de Setembro.
Reabilitação profissional — apoios à instalação por conta própria.	Decreto-Lei n.º 247/89, de 5 de Agosto, e Despacho Normativo n.º 99/90, de 6 de Setembro.
Vida-emprego	Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/98, de 4 de Dezembro.
Programa Rede Ajuda	Portaria n.º 250/99, de 8 de Abril.
Fundo de Apoio ao Investimento no Alentejo.	Portaria n.º 1122/99, de 29 de Dezembro.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**Portaria n.º 1213/2000****de 26 de Dezembro**

Sob proposta do Instituto Politécnico de Santarém e da sua Escola Superior de Educação;

Considerando o disposto no artigo 13.º da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro);

Considerando o disposto no Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico, aprovado pela Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho;

Considerando o disposto na Portaria n.º 495/99, de 12 de Julho;

Ao abrigo do disposto na lei do estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico (Lei

n.º 54/90, de 5 de Setembro), e no capítulo III do Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso bietápico de licenciatura em Animação Cultural e Educação Comunitária da Escola Superior de Educação de Santarém, criado pela Portaria n.º 495/99, de 12 de Julho, nos termos do anexo à presente portaria.

2.º

Norma revogatória

Findo o processo de transição fixado nos termos do artigo 31.º do Regulamento Geral dos Cursos Bietápicos

de Licenciatura das Escolas de Ensino Superior Politécnico, aprovado pela Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho, é revogada a Portaria n.º 1463/95, de 14 de Dezembro, que autorizou o Instituto Politécnico de Santarém, através da sua Escola Superior de Educação, a conferir o grau de bacharel em Animação Cultural e Educação Comunitária.

3.º

Aplicação

O disposto no presente diploma aplica-se a partir do ano lectivo de 1999-2000, inclusive.

Pelo Ministro da Educação, *José Joaquim Dinis Reis*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 20 de Novembro de 2000.

ANEXO

Instituto Politécnico de Santarém

Escola Superior de Educação

Curso de Animação Cultural e Educação Comunitária

1.º ciclo

Grau de bacharel

QUADRO N.º 1

1.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Língua e Cultura Portuguesa	Anual		120			(a)
Língua Estrangeira	Anual		90			
Tecnologias de Informação e Comunicação	Anual		90			
História da Arte em Portugal	Anual		90			
Dinâmicas Sociais e Instituições Políticas Contemporâneas	Anual		90			
Teorias da Comunicação	1.º semestre	45				
Psicologia do Desenvolvimento	1.º semestre	60				
Biblioteconomia e Animação de Bibliotecas	1.º semestre		60			
Literatura Infanto-Juvenil	2.º semestre		60			
Educação Visual	2.º semestre		60			

(a) Francês ou Inglês.

QUADRO N.º 2

2.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Metodologias de Animação Cultural	Anual		90			(a)
Métodos e Técnicas de Investigação do Património Cultural	Anual		90			
Expressão Musical	Anual		90			
Sociologia Urbana e Rural	1.º semestre	60				
Movimento e Expressão Dramática	1.º semestre		60			
Psicossociologia e Dinâmica de Grupos	1.º semestre		45			
Técnicas de Expressão do Português	1.º semestre		45			
Museologia e Animação de Espaços Museológicos	2.º semestre		60			
Educação Ambiental	2.º semestre		60			
Antropologia Cultural	2.º semestre	60				
Planeamento e Gestão de Actividades Culturais	2.º semestre		60			
Estágio I	2.º semestre				90	

(a) A regulamentar pelo órgão legal e estatutariamente competente.

QUADRO N.º 3

3.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Desenho e Desenvolvimento de Projectos de Intervenção Sócio-Cultural	Anual				90	
Organização de Espaços Comunicacionais	1.º semestre		45			
Meios e Técnicas Audiovisuais	1.º semestre		60			
Publicidade e Marketing Cultural	1.º semestre		45			
Estatística	1.º semestre		60			
Estágio II	1.º semestre				120	(a)
Sociologia da Cultura	2.º semestre		60			
Pedagogia em Contextos não Formais	2.º semestre		60			
Estágio III	2.º semestre				240	(a)

(a) A regulamentar pelo órgão legal e estatutariamente competente.

2.º ciclo

Grau de licenciado

QUADRO N.º 4

1.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Opção	Anual		90			
Seminário Interdisciplinar	Anual				45	
Opção	1.º semestre		60			
Promoção Cognitiva e Social	1.º semestre	60				
História Social Contemporânea	1.º semestre		60			
Gestão de Organizações Sociais	1.º semestre		45			
Animação de Espaços Urbanos	1.º semestre		45			
Saúde e Educação Comunitária	2.º semestre		45			
Multiculturalidade e Educação	2.º semestre		60			
Discurso dos Media	2.º semestre	45				
Atelier de Artes Plásticas	2.º semestre		60			

QUADRO N.º 5

2.º ano

Unidades curriculares	Tipo	Escolaridade (em horas totais)				Observações
		Aulas teóricas	Aulas teórico- -práticas	Aulas práticas	Seminários e estágios	
Seminário Interdisciplinar	1.º semestre				45	
Estágio	1.º semestre				240	(a)

(a) A regulamentar pelo órgão legal e estatutariamente competente.

Portaria n.º 1214/2000**de 26 de Dezembro**

A requerimento da Egas Moniz — Cooperativa de Ensino Superior Particular e Cooperativo, C. R. L., entidade instituidora da Escola Superior de Saúde Egas Moniz, reconhecida como de interesse público pelo Decreto-Lei n.º 381/99, de 22 de Setembro, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular

e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março);

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 57.º e 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo;

Considerando o disposto na Portaria n.º 799-D/99, de 18 de Setembro;